



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITAIPULÂNDIA/PR

Reunião 04/2026 – Reunião Ordinária

Local: Sala do Conselho Municipal de Educação

Data: 24/09/2026

Em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2026, o Conselho Municipal de Educação de Itaipulândia analisou e aprovou, por unanimidade, o novo Regimento Interno do colegiado, atualizado conforme a legislação municipal vigente, as novas atribuições relacionadas ao Fórum Municipal de Educação e os critérios de governança, transparência, organização documental e controle social. Também foram registradas alterações na composição do CME, com as saídas de Janice Maria Holz, Milena Lenz e Tatiana Scharad e o conhecimento das indicações encaminhadas pelos órgãos e segmentos representados. Entre as mudanças, Fernanda Angélica Tozo Bayerle e Ana Paula Biesdorf Nos foram indicadas para a representação do Poder Executivo; Adinha Mohr, para os profissionais da Educação Infantil; Rafael Edenilson Soares Gomes Dal Toe e Claudiel dos Santos Mateus, para as APMs/APMFs; e Ângela Maria Andreski, como suplente do CMDCA. As alterações serão encaminhadas ao Poder Executivo e produzirão efeitos após a publicação do respectivo ato de nomeação.

O Conselho também acompanhou a situação dos laudos do Corpo de Bombeiros e dos atos de autorização de funcionamento das instituições municipais de ensino, destacando o trabalho conjunto das Secretarias Municipais de Educação e de Planejamento para promover as adequações e regularizações necessárias. Foram discutidas a possível expansão da Educação em Tempo Integral para a Escola Municipal Rondônia, condicionada à regularização da unidade, e a proposta de implantação de turmas do Infantil 4 e do 5º ano. O parecer favorável à revisão da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, elaborado pela comissão permanente responsável, foi aprovado pelo colegiado. Também foram prestados esclarecimentos sobre as pendências para a mudança ao novo prédio da Escola Municipal Carlos Gomes. Por fim, ficou definida a continuidade das visitas de acompanhamento às unidades educacionais, do monitoramento dos processos de regularização e do incentivo à participação dos conselheiros em capacitações promovidas pela Escola de Gestão Pública do Paraná, pelo Tribunal de Contas do Estado e por outras instituições parceiras.